
**REPERTÓRIOS DISCURSIVOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE
AS DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL. UM ESTUDO COM
ESTUDANTES PARAIBANOS DE PÓS-GRADUAÇÃO**
*DISCURSIVE REPERTOIRES CONTEMPORARIES ON THE RACIAL
INEQUALITIES IN BRAZIL. A STUDY WITH POSTGRADUATE STUDENTS
FROM PARAIBA*

Leoncio Camino

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil

Lígia Gouveia

Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, Brasil

Luciana Maria Maia

Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Brasil

Márcia Magalhães Ávila Paz

Centro Universitário de João Pessoa, João Pessoa, Brasil

Matheus Laureano

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil

RESUMO

Esta pesquisa avaliou discursos de mestrandos sobre a natureza das diferenças raciais, suas consequências sociais e os fatores psicossociais a que estão relacionados em um estudo exploratório, de natureza quali-quantitativa, com 19 alunos do mestrado em Psicologia e 15 do de Direito Econômico. Verificou-se que os discursos analisados organizaram-se em três classes: diferenças existem e são genéticas; diferenças não existem; processos de exclusão usam traços fenotípicos como critério de diferenciação. Constatou-se que o primeiro condena as reivindicações do movimento negro e é contrário às quotas e à sua autonomia política e cultural; o segundo, mais frequente em estudantes politizados, é favorável a essas reivindicações; o último agrega respostas negativas, positivas e interrogativas em relação aos aspectos mencionados. Os resultados evidenciam repertórios discursivos que negam ou naturalizam as desigualdades raciais: tanto expressam posições adversas às reivindicações dos negros quanto as justificam, racionalizando como não preconceituosas posições que o são.

Palavras-chave: repertórios discursivos; racismo; preconceito.

ABSTRACT

This research evaluated graduate students discourses about nature of racial differences, their social consequences and the related psycho-social factors in an exploratory qualitative and quantitative study, with 19 graduate students of psychology and 15 of Economic Law. It was verified that the analyzed speeches had been organized in three classes: (1) differences exist and are genetic; (2) exclusion processes use phenotypic traces as differentiation criterion; (3) differences does not exist. We can observe that the first type of speech condemns the claims by black movement, specially university quotes and their politic autonomy; the second one, more frequent in politicized students, is favorable to these claims; the last one collect negative, positive and interrogative answers in relation to the cited aspects. The results evidence discursive repertoires that deny or naturalize the racial inequalities: expresses adverse positions to black population claims, rationalizing this position as not prejudiced.

Keywords: Discursive repertoires; racism; prejudice.

Nas últimas décadas, os países ocidentais desenvolveram normas que coíbem a discriminação explícita contra grupos minoritários. Assim, na maioria desses países, o racismo é formalmente proibido. Poder-se-ia supor, então, que o preconceito racial está acabando? Não, pelo contrário, observa-se um aumento na discriminação e nos indicadores socioeconômicos das minorias raciais

(Bowser, 1995). Essa situação contraditória mostra que o preconceito assume, em certas situações, formas de expressão que não contrariam abertamente as normas antirracistas atuais (Camino, Silva, Machado, & Pereira, 2001; Vala, 1999). Observam-se também, ao lado dessas formas sutis de racismo, expressões abertas de violência racial (Oliveira, Lima, & Santos, 1999).

De fato, o que parece estar ocorrendo é uma mudança no conteúdo e nas formas de expressão do preconceito. Assim, as primeiras explicações psicológicas que apontavam um racismo agressivo e institucionalizado estão sendo gradualmente substituídas pela preocupação em revelar formas menos evidentes de racismo, que reproduzem atitudes discriminatórias sem desafiar as normas sociais vigentes.

1. Novas formas de preconceito racial

Essa preocupação tem dado lugar a diversas abordagens que têm em comum a ideia da persistência de sentimentos e atitudes preconceituosas, contudo, não desafiam abertamente as atuais normas sociais antirracistas (McConahay, 1986; Pettigrew & Meertens, 1995). Essas conceituações pressupõem que nos últimos anos as sociedades ocidentais vêm desenvolvendo um conjunto de restrições institucionais ao racismo. Pressupõem, também, que em consequência dessas práticas institucionais as pessoas vêm se adaptando a essas pressões. O que há em comum nesse conjunto de teorias é a ideia de que a discriminação manifesta - que supõe crenças na inferioridade do grupo discriminado e rejeição do contato íntimo com os membros desse grupo - está sendo substituída por formas mais sutis de discriminação. Por essa razão, falam de novas formas de preconceito.

Essas teorias, no entanto, ao tratar o preconceito como traço universal, desconhecem sua característica fundamental, a de ser uma atitude de superioridade que se desenvolve no interior de relações intergrupais assimétricas historicamente determinadas (Camino & Pereira, 2000). Pode-se concluir que a explicação do novo preconceito, em termos de conflito psicológico, apoia-se numa concepção universalista e descontextualizada dos processos de cognição social. A abordagem da Psicologia Social do Discurso (Billig, 1991; Potter & Wetherell, 1998; Van Dijk, 2000) permitirá entender melhor os complexos processos de discriminação racial no mundo contemporâneo.

2. Repertórios Discursivos sobre as diferenças raciais

A abordagem da Psicologia Social do Discurso pressupõe que, para entender melhor os processos cognitivos que subjazem à discriminação racial, esses devem ser identificados no contexto em que se desenvolvem: em uma situação discursiva. Os processos cognitivos não ocorreriam apenas no interior da mente, mas também no interior do discurso

em forma de debates, argumentações e disputas ideológicas (Potter & Wetherell, 1998).

Nesse sentido, um enunciado discursivo não deve ser visto só como uma representação de um aspecto do mundo enquanto objeto, nem só como expressão de uma condição interna do sujeito. De fato, o enunciado discursivo tem uma função e um objetivo social a realizar, sendo dirigido explícita ou implicitamente a alguém em forma de interação. Portanto, além do aspecto concreto do discurso - ele informa sobre um pensamento ou sentimento -, deve-se ter em conta que esse aspecto concreto é sempre realizado numa relação interpessoal.

Ocorre que as relações interpessoais não se processam num vazio, mas no interior de relações intergrupais (Tajfel, 1981). A partir de uma perspectiva sócio-histórica, Bakhtin (1981) afirma que os discursos estão essencialmente relacionados com as estruturas materiais da formação social em que essas relações se produzem. Nesse sentido, o discurso é concebido como uma prática social, pois não apenas representa realidades, mas é um meio de atuação no mundo e, portanto, de constituição deste.

Desse modo, os membros dos grupos sociais usam discursos diferentes, quer sejam direcionados a si mesmos ou aos membros de outros grupos. Pode-se dizer que as pessoas também diferenciam seus discursos quando se dirigem a membros de grupos considerados superiores ou inferiores ao seu. Portanto, o discurso é fundamentalmente a expressão de um posicionamento diante de um determinado contexto social.

Nesse sentido, Billig (1991) afirma que “o argumento a favor de uma posição é sempre um argumento contra outra posição” (p. 17), esteja essa explicitada ou não. Na mesma direção, Camino, Silva, Machado e Pereira (2001) têm mostrado que um discurso sobre o negro como bem dotado pela “natureza” articula-se a outro sobre o branco como bem dotado “culturalmente”. Esses dois discursos, complementares, opõem-se, na sociedade atual, a outro, segundo o qual negros e brancos não são diferentes. Todos esses repertórios discursivos existem concomitantemente na sociedade e podem ser utilizados dependendo do contexto.

Finalmente, deve-se considerar que se o discurso tem uma função social a partir da qual é construído, ele variará de acordo com o contexto em que está inserido (Potter & Wetherell, 1998). Esses autores propõem o conceito de *repertório discursivo* – concebido como um conjunto de termos, lugares comuns e descrições usadas para se referir a um tema. Esses repertórios

se caracterizariam precisamente pela variabilidade, e não pelo consenso.

3. Os discursos raciais no Brasil: uma breve perspectiva histórica

Quais repertórios discursivos sobre as relações inter-raciais circulam atualmente no Brasil? Como já se tem afirmado que os discursos nascem de relações históricas concretas, deve-se, portanto, analisar aqueles que se foram criando no Brasil sobre as relações raciais.

A escravidão no Brasil caracterizou-se por um forte processo de miscigenação, como percebido pelos próprios brasileiros. No início do séc. XX, Nina Rodrigues (1933/1945) e Vianna (1932/1959) consideraram negativa a influência dos negros na civilização brasileira por integrarem uma raça biologicamente inferior. Esse discurso, que aceita as diferenças raciais por razões genéticas, se sustentaria nas crenças pseudocientíficas do final do séc. XIX e início do XX, de que existiria uma hierarquia racial determinada pela diferença de genes.

Posteriormente, Gilberto Freyre (1933) valorizará a mestiçagem considerando-a uma forma de enriquecimento cultural. A atitude pouco preconceituosa do português somada ao fato de virem poucas mulheres europeias à colônia favoreceu a mestiçagem entre os senhores da Casa Grande e as escravas da Senzala. Essa miscigenação sustentaria a crença na democracia racial no Brasil, desenvolvida com força durante a ditadura militar (1964-1985). Um elemento do ufanismo desse período era a pretensão de ter superado os conflitos raciais, raciocínio que pode ser definido como um discurso que nega a existência das diferenças raciais, considerando todos os brasileiros, independentemente da cor, como um único povo.

De fato, a elite brasileira preocupada com a construção de uma identidade nacional via essa identidade ameaçada pela pluralidade étnico-racial (Munanga, 1999). Frente a esta tendência, a população negra, desde a colônia, lutou por uma identidade negra própria. No século XX, diversas manifestações, como o Teatro Experimental Negro, trouxeram reflexões e resgate da valorização da cultura negra, bem como um elemento de superação em torno da condição do negro em meio à supremacia cultural branca (Nascimento, 2002), em que o essencial não é somente a peça teatral em si, mas tanto afirmar a cultura negra como expor e repensar a situação vivida pelos negros no Brasil (Fernandes, 1972).

Concomitantemente à difusão da crença na democracia racial, se desenvolviam também,

nesse período, diversos estudos (Fernandes, 1972; Nascimento, 1968; Skidmore, 1976), que não só não sustentavam uma visão otimista das relações raciais no Brasil como demonstravam que o mito da democracia racial servia concretamente como racionalização no desenvolvimento de ideias e práticas discriminatórias (Azevedo, 1975). Aliás, hoje, a observação de fatos do cotidiano e as próprias estatísticas governamentais não deixam dúvidas quanto ao fato de a população negra do Brasil continuar sendo objeto de discriminação (INSPIR & DIEESE, 1999; Paixão, 2003; Silva, 2000). Há, pois, um terceiro tipo de discurso que reconhece a existência de diferenças raciais, mas só enquanto um critério de discriminação construído historicamente.

De fato, os brasileiros hoje conservam ainda muitos elementos dos discursos negativos citados. Turra e Venturi (1995) constataram que 89% dos brasileiros reconheciam a existência de preconceito racial no Brasil, mas só 10% admitiam ser pessoalmente preconceituosos, afirmando que “os brasileiros sabem haver, negam ter, mas demonstram, em sua imensa maioria, ter preconceito contra os negros” (p. 11). Rodrigues (1995) denomina esse fenômeno de “Racismo Cordial”, afirmando que essa atitude seria uma maneira de não ofender mais aquele que se discrimina. Mas esse tipo de discurso não expressaria já uma tentativa de justificativa? O conceito de Racismo Cordial não seria uma maneira velada de recolocar em debate a velha noção de Democracia Racial? Ou atualmente se vive uma nova forma de racismo no Brasil?

Tentando responder a essas perguntas, Camino, Silva, Machado e Pereira (2001) solicitaram a universitários da Paraíba que opinassem livremente sobre as atividades em que as pessoas de cor branca e de cor negra se engajam espontaneamente e com maior frequência. Observaram que 69% dos estudantes, quando perguntados diretamente em que atividades as pessoas de cor negra se engajam mais frequentemente, descreveram atividades que, embora exijam habilidades naturais (força, dança, esportes), não implicam qualificação especial. Por sua vez, 69,5% dos estudantes que descreveram as atividades nas quais as pessoas de cor branca se engajam mais frequentemente referiram-se tanto a atividades que exigem qualificação profissional quanto àquelas ligadas ao poder. Apenas 16% dos estudantes não indicaram nenhuma atividade, afirmando que o seu exercício não dependia da cor da pessoa.

Entretanto, quando Camino et al. (2001) introduziram uma possível comparação entre as raças, perguntando aos estudantes que atividades negros ou brancos desempenhariam melhor, quase 2/3 dos alunos não opinaram considerando que o sucesso

nas atividades independe da cor. Esses dois aspectos parecem fazer parte de traços relativamente consensuais no Brasil. Por um lado, elogia-se nos negros sua força, ritmo, sensualidade, habilidade nos esportes etc., tendo-se como natural a maior presença dos brancos nas estruturas do poder; por outro lado, evita-se, principalmente em público, qualquer comparação.

Quando as pessoas falam espontaneamente que os negros são bons em atividades ligadas diretamente à força física ou em dança, esportes etc., estão construindo e/ou reforçando uma visão do que significa a raça negra e, nesse sentido, produzindo e/ou reproduzindo uma identidade social determinada para esse grupo. Note-se, contudo, que esse conjunto de repertórios discursivos não é percebido como um discurso preconceituoso.

Esta situação contraditória parece sugerir que a força da norma social antirracista leva as pessoas a evitarem assumir atitudes pessoais abertamente preconceituosas, embora tenham elaborado uma representação depreciativa sobre a população negra, mas essa norma não as impede de ver que no Brasil continua-se a discriminar as pessoas de cor negra. Nessa situação contraditória existe discriminação, mas ninguém é responsável por ela.

Esse racismo à brasileira, no entanto, não tem nada de cordial, muito pelo contrário: por ser mascarado, ele é não apenas terrivelmente eficiente em sua função de discriminar as pessoas de cor negra, mas é também, lamentavelmente, muito difícil de erradicar. Faz-se, pois, necessário conhecer as “novas cabeças” dessa velha e horrorosa Hidra; faz-se necessário analisar as formas específicas que o racismo assume no Brasil.

4. Estudo empírico: “Os discursos raciais e suas consequências sociais”

Com base nas reflexões apresentadas, procura-se neste estudo exploratório descrever os diversos discursos contemporâneos que racismo e antirracismo assumem na Paraíba e as suas consequências sociais. Concretamente, pretende-se atingir fundamentalmente três objetivos.

1º Descrever os discursos de um grupo de pós-graduandos sobre a natureza das diferenças raciais. Pressupõe-se que no Brasil há três repertórios discursivos sobre essas diferenças: as diferenças existem e são genéticas; não existem diferenças; elas existem como desigualdades socioeconômicas, produzidas pelos processos de exclusão que usam traços fenotípicos como critério de diferenciação, cuja existência na amostra estudada se deseja verificar.

É evidente que esses discursos se expressarão tendo em conta a norma social que considera indesejável qualquer expressão aberta de racismo.

2º Avaliar as consequências sociais desses discursos. Pressupõe-se que o discurso de uma pessoa sobre as diferenças raciais estará relacionado, de alguma maneira, ao seu posicionamento sobre temas ligados aos direitos da população negra. Estudar-se-ão duas reivindicações: o direito a se organizar política e culturalmente e o direito a ter acesso às universidades por meio de quotas. Cada um dos três discursos mencionados se relacionará de forma diferente com esses direitos. Assim, o discurso das diferenças genéticas estará relacionado a uma atitude negativa em relação às reivindicações do movimento negro. O discurso da não diferença, pelo fato de ignorar o contexto histórico e social e pressupor uma igualdade abstrata, insistirá nos princípios da meritocracia e, portanto, negará reivindicações da população negra vistas como privilégios. Finalmente, o discurso das desigualdades produzidas pela exclusão social, passada e atual, se relacionará a uma atitude positiva no que se refere aos direitos da minoria racial.

3º Avaliar os fatores psicossociais desses discursos. Como afirmado na introdução, os discursos estariam ligados a inserções sociais concretas. Portanto, os tipos de discursos devem se relacionar com formas específicas de participação e identidade social. Estudos anteriores (Camino, Silva, & Souza, 1998; Camino, Souza, Silva, & Pereira, 2005) têm mostrado a utilidade de avaliar a participação social em três níveis: o sociopolítico (grupos da sociedade civil como movimentos, partidos, associações etc.); o interpessoal (família e amigos) e o religioso (igrejas, pastorais, encontros etc.). Este trabalho limita-se ao estudo do nível sociopolítico. Pode-se supor que as pessoas que participam e se identificam mais com grupos da sociedade civil como movimentos, partidos, associações e assim por diante manifestarão um discurso claro sobre a existência de discriminação racial no Brasil e mostrarão atitudes positivas em relação às reivindicações da população negra. Já os que se identificam menos com o nível sociopolítico tenderão a utilizar repertórios discursivos do senso comum que minimizam ou negam desigualdades nas relações inter-raciais e, em consequência, mostrarão atitudes negativas em relação às reivindicações da população negra.

4.1 Metodologia

O método empregado depende dos objetivos propostos e da natureza do problema estudado. Neste estudo, o referencial teórico e, principalmente, a

natureza dos diversos objetivos propostos levam à necessidade de se articular abordagens quantitativas e qualitativas. Assim, para analisar as justificativas oferecidas pelas pessoas ao categorizar um indivíduo em termos de raça, precisava-se de duas coisas: um dilema que as obrigasse a justificar sua categorização e uma maneira de avaliar as respostas ao dilema.

Quanto ao dilema, utilizou-se o proposto por Oliveira Filho (2005), que contrapõe o genótipo ao fenótipo como critério de categorização racial, na pergunta: “Algumas pessoas acham que se uma pessoa tem na sua descendência um familiar negro, um dos avós, por exemplo, ela é negra, não importa a sua aparência. O que você pensa sobre isso?”

As respostas a essa pergunta aberta foram avaliadas em duas etapas. Primeiramente, utilizou-se o *software* ALCESTE – *Analyse Lexicale par Context d’un Ensemble de Segments de Texte*, um método qualitativo e quantitativo de análise de dados textuais desenvolvido por Reinert (1990) que permite investigar a distribuição do vocabulário em textos diversos.

A mera constatação da existência, na amostra estudada, de determinados repertórios discursivos sobre as diferenças raciais, por se tratar de matrizes gerais não necessariamente relacionáveis a indivíduos concretos ou tradutores de posições semelhantes sobre o tema, não permitiria comparar os discursos utilizados por cada indivíduo com suas posições frente às reivindicações da população negra. Portanto, numa segunda etapa, a partir dos repertórios obtidos pelo ALCESTE, foram elaboradas categorias, utilizando-se o método clássico da análise de conteúdo, que estariam ligadas a indivíduos, podendo ser usadas em comparações mais precisas.

Uma vez obtidas, as categorias foram relacionadas aos posicionamentos das pessoas sobre a liberdade da população negra de se organizar

em movimento; a implementação de quotas na universidade; as concepções sobre a forma de justiça aplicável nas relações raciais; e as formas de inserção social de cada indivíduo.

Participaram do estudo 34 alunos de pós-graduação de duas áreas de estudo: Psicologia Social (19) e Direito Econômico (15), cujas profissões contemplariam a problemática racial do Brasil e cujo nível de formação lhes facilitaria elaborar redações que fornecessem um material rico para a análise. Os alunos foram contatados em grupos e convidados a responder, em forma de redação, a questões sobre a natureza das diferenças raciais, o direito da população negra de se organizar e a política afirmativa de quotas. Finalmente, deveriam assinalar em um questionário fechado a forma de justiça que deve guiar as relações raciais (igualitária, meritocrática ou de necessidade) e o grau de identidade deles com as diversas organizações da sociedade civil (partidos políticos, movimentos sociais, ecológicos, culturais, raciais e minorias sexuais). Para isso, utilizaram a escala de Identidade Sociopolítica de Camino, Silva e Souza (1998) já validada no Brasil (Camino, Camino, Pereira, & Paz, 2004; Camino, Silva, & Souza, 2005). Neste estudo, o coeficiente de fidedignidade desta escala foi de $\alpha = 0,70$, bastante razoável para uma amostra relativamente pequena.

4.2 Resultados

Iniciou-se a análise de resultados aplicando o *software* ALCESTE ao corpo de respostas discursivas obtidas com a pergunta: “algumas pessoas acham que se uma pessoa tem na sua descendência um familiar negro, um dos avós, por exemplo, ela é negra, não importa a sua aparência; o que você pensa sobre isso?” A análise detectou duas classes. A Tabela 1 mostra as frequências das palavras mais utilizadas em cada classe de discurso.

Tabela 1. Seleção das palavras mais frequentes obtidas pelo ALCESTE na pergunta sobre a existência das desigualdades raciais

Classe 1 Nega as desigualdades raciais			Classe 2 Reconhece as desigualdades raciais		
Vocabulário	Freq.	X2	Vocabulário	Freq.	X2
Todos	8	8.93	mas	10	8.38
Negros	6	2.02	também	5	4.82
Branco	5	2.69	questão	5	6.18
Aparência	5	2.69	raça	5	2.94
Somos	5	5.15	brancos	4	2.35
Sociedade	4	4.02	cor	4	2.35
Miscigenação	3	2.94	cultura	3	3.53

Na primeira classe, que descreve o discurso que nega as diferenças entre as raças no Brasil, pode-se ligar as palavras de maior frequência no seguinte sentido: **Todos, negros e brancos**, apesar da **aparência, somos** da mesma **sociedade** graças à **miscigenação** [grifo nosso]. Um exemplo muito claro dessa classe de discurso é o seguinte: “*Acho que todos nós temos ascendência de vários povos pelo simples fato de possuírmos uma miscigenação. Somos brasileiros, de um país de muitos povos.*”

Na segunda classe, que descreve o discurso que reconhece diferenças e/ou desigualdades entre as raças no Brasil, podem-se ligar as palavras de maior frequência neste sentido: **Mas, também** existe uma **questão** de **raça**, existem diferenças e/ou desigualdades entre **brancos** e negros pela **cor** e pela **cultura** [grifo nosso]. Exemplificando essa classe de discurso, tem-se que: “*A raça não se resume a um ou outro fator de aparência. É impossível afastar os fatores socioeconômicos, culturais e históricos.*” Outros conteúdos, como “*Acredito na herança genética independente da cor*” mostravam maneiras diferentes de explicar a natureza das desigualdades raciais a partir das diferenças genéticas.

Assim, uma leitura mais atenta do material relacionado à segunda classe mostrou que existiam duas explicações, fundamentalmente diferentes acerca da existência de diferenças e/ou desigualdades raciais: uma atribuía a diferença a fatores genéticos, e a outra atribuía a desigualdade a fatores culturais e socioeconômicos. Como explicado na metodologia, construiu-se, pois, a partir dessas duas classes obtidas, três categorias: (a) Não existem diferenças raciais devido ao processo de miscigenação; (b) Sim, existem diferenças genéticas; (c) Existem desigualdades econômicas e/ou culturais devido à discriminação.

Aplicando essas três categorias às respostas dadas pelos 34 entrevistados, constatou-se que a categoria “Não existem diferenças raciais” se aplica às respostas de 16 estudantes (47%); a categoria “Existem diferenças genéticas” foi utilizada por 5 entrevistados (15%); e a categoria “Existem desigualdades econômicas e/ou culturais” foi utilizada por 13 estudantes (38%).

Após ter constatado três formas de repertórios discursivos diferentes que sintetizam as diversas formas de falar sobre as diferenças e/ou desigualdades raciais nessa população, passou-se ao segundo objetivo deste estudo, que consistia em avaliar as consequências sociais dos diferentes discursos e categorizações sociais. Para isso, compararam-se os repertórios sobre as diferenças e/ou desigualdades raciais com os posicionamentos dos estudantes frente às reivindicações da população negra e com o tipo de justiça que escolheriam no caso das relações inter-raciais.

Na Tabela 2, pode-se observar que o tipo de resposta sobre as causas das diferenças e/ou desigualdades raciais relaciona-se significativamente ($X^2 = 11.064$; gl.= 4; $p < .01$) com as atitudes dos estudantes em relação aos diversos aspectos das reivindicações do movimento negro. Assim, 100% dos que acreditam que as desigualdades socioeconômicas são devidas à escravidão e ao preconceito atual é favorável à organização dos negros em um movimento próprio. Já 67% dos que acreditam que existem diferenças genéticas posicionam-se contrários a tal tipo de organização. Os que negam as diferenças raciais no Brasil por causa de miscigenação dividem suas opiniões: 47% apoiam claramente o direito da população negra de se organizar, enquanto 53% ou não aceitam esse direito (37%) ou o aceitam com fortes ressalvas (16%).

Tabela 2 Relação, em porcentagem, entre as categorias da pergunta sobre a existência das desigualdades raciais e as diversas atitudes frente às reivindicações da população negra e ao tipo de justiça a ser utilizado

Categorias dos discursos sobre desigualdades raciais	Atitudes frente às reivindicações da população negra							
	Favorável ao movimento negro?			Favorável a quotas?		Tipo de Justiça a ser utilizado		
	Sim	Ressalvas	Não	Sim	Não	Necessidade	Igualitária	Mérito
Sim, genéticas	33	0	67	0	100	0	0	100
Não, pela mestiçagem	47	16	37	42	58	30	35	35
Sim, sociais	100	0	0	73	27	46	18	36
Estatística	X ² ; gl. 4 = 11.064 p. < 0.05			X ² ; gl. 2 = 5,721 p. < 0.06		X ² ; gl. 4 = 5,986 p. = n.s.		

No que concerne às atitudes frente às quotas, apesar de o meio acadêmico ser majoritariamente contra as quotas, os resultados deste estudo mostram, significativamente ($X^2 = 5,721$; gl.=2; $p < .05$), que 73% dos estudantes que acreditam que as desigualdades socioeconômicas entre as raças provêm de processos históricos são favoráveis às quotas. Já os alunos que acreditam existirem diferenças genéticas entre os dois grupos posicionam-se 100% contra as quotas. Os alunos que negam as diferenças, apoiando-se nos processos de miscigenação, mais uma vez mostram-se divididos: 42% são favoráveis às quotas, enquanto 58% se opõem a essa política afirmativa.

Em relação ao tipo de justiça que deve ser empregado nas relações raciais, embora os resultados tendam a ser significativos ($X^2 = 5,990$; gl.= 4; $p < .10$), sem atingir o patamar clássico de significância (0,05), pode-se observar que todos os estudantes (100%) que utilizam a genética para explicar as diferenças raciais acreditam na justiça meritocrática como a norma mais justa para regular as relações inter-raciais. Pelo contrário, dentre os que creem na existência de reais

dividiu-se a amostra de estudantes em dois grupos, segundo seu grau de identidade com as diversas organizações sociopolíticas da sociedade civil: acima da mediana (alta identidade) e abaixo da mediana (baixa identidade). Especificamente, esperava-se que os estudantes mais politizados reconhecessem mais o problema da discriminação racial, assumindo atitudes mais positivas em relação às reivindicações da população negra.

De fato, os resultados (Tabela 3) mostram que as expectativas foram confirmadas. Assim, no que concerne às formas de categorizar as diferenças raciais, observou-se que 100% dos estudantes com baixa identidade sociopolítica acreditam que as diferenças são genéticas. De forma contrária, dentre os que admitem processos atuais de discriminação e consideram a raça uma questão de identidade, 77% possuem um grau de identificação acima da mediana (alta identidade) com as organizações sociopolíticas. O discurso da mestiçagem se divide proporcionalmente entre os dois graus de identificação.

Tabela 3 Relação, em porcentagem, entre o grau de identidade com as organizações da sociedade civil (acima ou abaixo da média) e as atitudes frente às reivindicações do Movimento Negro

	Existem desigualdades raciais?			Favorável ao movimento negro?			Favorável a Quotas?		Tipo de Justiça a ser utilizada		
	Sim genéticas	Não mestiçagem	Sim Sociais	Sim	Com ressalvas	Não	Sim	Não	Necessidade	Igualitária	Mérito
Baixa	100	56	23	29	75	89	30	70	18	56	71
Alta	0	44	77	71	25	11	70	30	82	44	29
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Estadística	$X^2 = 8,255$ gl.= 2; $p < 0,025$			$X^2 = 12,290$ gl.= 2; $p < 0,025$			$X^2 = 6,850$ gl.= 1; $p < 0,01$		$X^2 = 7,230$ gl.= 2; $p < 0,05$		

desigualdades socioeconômicas devido à escravidão e ao preconceito atual, 46% consideram a justiça de necessidade a mais adequada. Finalmente, os que negam as diferenças em torno das raças, graças ao processo de miscigenação, se dividem equitativamente entre os três tipos de justiça.

Por último, para avaliar os fatores psicossociais relacionados com os discursos e as atitudes dos alunos,

No que diz respeito às atitudes frente ao direito da população negra de se organizar em movimento de luta, observou-se que 71% dos favoráveis a esse direito possuem alta identidade sociopolítica, enquanto que 89% dos que são contrários possuem baixa identidade sociopolítica. Praticamente a mesma relação é observada no que concerne às atitudes dos estudantes frente às quotas: 70% dos estudantes favoráveis às

quotas possuem uma alta identidade sociopolítica, enquanto 70% dos que se posicionam contrários às quotas possuem baixa identidade sociopolítica.

Finalmente, no que se refere às formas de justiça que devem ser utilizadas nas relações inter-raciais, constatou-se que 82% dos estudantes que escolhem a justiça de necessidade, justiça encontrada na base das políticas afirmativas, situam-se acima da mediana no grau de identidade com as organizações da sociedade civil. Já entre os alunos que escolhem o mérito como único padrão de justiça nas relações inter-raciais, 71% possuem baixa identidade sociopolítica.

5. Discussão e conclusões

No que concerne ao primeiro objetivo, descrever os tipos de discursos utilizados por estudantes universitários de pós-graduação, observa-se que três tipos de discurso sobre as diferenças e/ou desigualdades raciais são os mais utilizados. De fato, os estudantes reproduzem os diversos discursos que têm sido construídos na história do Brasil. O primeiro tipo observado, dominante no início do séc. XX, é aquele que afirma que as diferenças existem e são genéticas. Atualmente, esse discurso, embora não implique explicitamente a superioridade de uma raça sobre a outra, mesmo assim, como será visto na continuidade, se relaciona com atitudes negativas em relação a direitos reivindicados pela minoria negra. Um exemplo típico dessa classe de discurso é o seguinte: “*Não penso que filho ou neto de negro necessariamente seja negro, mas sei que este carrega logicamente uma carga genética*” [grifo nosso].

O segundo tipo de discurso observado nega as diferenças raciais devido ao processo de miscigenação. Iniciado com os trabalhos de Gilberto Freyre e posteriormente reforçado pela ditadura militar, esse discurso é utilizado por 47% dos estudantes entrevistados. Exemplificando:

Acredito que no Brasil a miscigenação é antiga de tal forma que não dá pra se definir se uma pessoa é dessa ou daquela raça. Eu tenho antepassados negros, índios e europeus, então o que sou? Em minha opinião, eu sou brasileira, não importa a aparência. (grifo nosso)

Finalmente, observou-se também uma classe de discurso que, embora negue a diferença genética entre raças, afirma que os processos de exclusão usam a cor da pessoa como critério de exclusão, reforçando assim as desigualdades socioeconômicas. Exemplo desse discurso: “*A negritude está diretamente ligada à cor da pele. Um branco que tem um bisavô negro,*

não é negro, e a sociedade preconceituosa, não o vê como tal.” Um exemplo ainda mais claro é o seguinte: “*Não existem raças. Todos filogeneticamente somos iguais. Existem, porém, diferenças fenotípicas, estas sim responsáveis pelo preconceito.*”

O segundo objetivo do estudo consistia em avaliar as consequências sociais desses discursos. Como previsto, o discurso das diferenças genéticas está de fato relacionado a uma atitude negativa em relação às reivindicações do movimento negro. Assim, constatou-se (Tabela 2) que 100% dos estudantes que utilizam esse discurso se posicionam contra as quotas e 73% contra a autonomia do movimento negro a se organizar política e culturalmente. Em sentido contrário, aqueles que, negando as diferenças genéticas, colocam as desigualdades como consequência da discriminação que se sustentaria só nas aparências fenotípicas, mostram uma atitude bastante favorável a reivindicações das minorias negras. Assim, 100% são favoráveis a que os negros se organizem para defender seus direitos e 73% defendem a política de quotas. Esse dado suporta o pressuposto deste estudo de que o discurso da desigualdade causada pela exclusão social se relacionaria a um discurso positivo no que se refere aos direitos da minoria racial. Com relação ao discurso que nega as diferenças devido à miscigenação, observa-se que esses alunos dividem-se equitativamente entre as posições negativa, positiva e de dúvida.

Os resultados significativos encontrados na Tabela 2 indicam, de uma maneira esquemática, que de fato é possível que as opiniões sobre diversos aspectos das relações inter-raciais se articulem em torno da problemática essencial que consiste em entender as diferenças e/ou desigualdades raciais. Para poder apreender melhor essa articulação ou lógica interna do conjunto de repertórios, realizou-se uma análise mais qualitativa, mas apoiada nas análises estatísticas.

Os estudantes (15% da amostra) que assumem as antigas opiniões do final do séc. XIX sobre as diferenças de raça sustentadas na genética expressam um discurso claramente negativo às reivindicações da população negra do Brasil e implicitamente negativo em relação à própria população. Embora nenhum aluno nessa categoria explicita a existência de uma hierarquia racial (“*a capacidade intelectual não está ligada à cor*”; “*a cor não influencia em nada*”), suas opiniões mostram que em nenhum momento atribuem a situação atual da população negra a processos discriminatórios. Pelo contrário, certas declarações colocam a responsabilidade dessa situação na própria população negra, tal como se pode ver nos seguintes trechos: “*A saída está em que os negros passem a se aceitar, como os brancos ... e que busquem seu*

espaço de maneira natural"; "Eles próprios estão se discriminando"; "Um movimento para conscientizar que todos somos iguais"; "Uma desculpa o fato de os negros atribuírem seus fracassos ao preconceito". Todos esses trechos estão colocando a responsabilidade numa pretensa falta de autoestima da população negra e expressando uma visão negativa dessa. Ao mesmo tempo, consideram que a organização da população negra, se reivindicativa, pode levar à violência e a acirrar o conflito, razão pela qual deve dirigir-se, principalmente, a conscientizar a própria população negra de que todos são iguais, devendo, portanto, procurar seu espaço na sociedade de forma natural. Pode-se concluir afirmando que a lógica do discurso sobre a existência de diferenças genéticas é a de justificar as desigualdades atribuídas à população negra à falta de consciência para ocupar o seu espaço natural. Esse discurso é contraditório na medida em que, por um lado, nega a motivação da população negra para superar sua situação e, por outro lado, lhe nega o direito de se organizar para essa luta. Para esse discurso, a superação deve ser feita em termos individuais e, por isso, a justiça deve ser meritocrática. Trata-se, pois, de um discurso neoliberal que privilegia o esforço e o mérito individual.

Quando são analisadas as opiniões dos alunos (47% da amostra) que negam a existência de diferenças raciais no Brasil, constata-se uma tendência a negar políticas afirmativas pelo fato de elas ou negarem uma igualdade abstrata dos seres humanos ou se constituírem em fator de discriminação do outro grupo. Em certos discursos, a organização da população negra é vista como forma de agravar o conflito; em outros, como uma iniciativa que precisa ser complementada pela própria conscientização dessa população. O fato de se acreditar numa igualdade abstrata, que na prática nega as desigualdades históricas, políticas e econômicas, relaciona-se a uma visão das reivindicações da população negra como, talvez, excessivas e perturbadoras desse *status quo* de igualdade já existente. Nesse discurso, a lógica da ocultação das diferenças se apoia num conceito abstrato de igualdade, em que as diferenças raciais (que são negadas) são substituídas pelas diferenças socioeconômicas, que são percebidas como naturais. Trata-se de um discurso que privilegia o princípio da igualdade entre as pessoas sem analisar as igualdades de fato existentes.

Já os estudantes (38% da amostra) que enfatizam a cor e outros traços fenotípicos como fator de discriminação, reconhecendo explicitamente a existência de processos de exclusão social em relação à população negra, mostram-se majoritariamente a

favor da organização dessa em torno da luta pelos seus direitos. Quando se desce a aspectos mais específicos desses direitos, particularmente no que se refere às quotas nas universidades públicas, nota-se um consenso menor. Embora a maioria dos estudantes dessa categoria aprove as quotas, uma boa parcela se opõe seja pelo aspecto aparentemente discriminatório que implicam, seja pela necessidade de complementá-la com outras políticas educacionais. Esse discurso minoritário manifesta-se na pesquisa crítica das ideias majoritárias que circulam pelo Brasil.

E, como se esperava, esse tipo de discurso, que afirma claramente a existência de discriminação racial no Brasil e que está ligado a atitudes positivas frente às reivindicações das minorias raciais, é mais frequente em estudantes que se identificam mais com o nível político. De fato, os resultados (Tabela 3) obtidos revelam que mais da metade dos estudantes que participam mais que a mediana em organizações sociopolíticas consideram que a diferença está na discriminação social; 94% deles defendem o direito de as minorias raciais se organizarem e 71% são favoráveis à política de quotas. Como afirmado na introdução, o racismo não seria um problema psicológico de cada indivíduo, mas a apropriação que as pessoas fazem dos discursos que circulam no seu meio. Não é de estranhar que os alunos de uma universidade federal que se identificam com organizações da sociedade civil como movimentos sociais e partidos políticos se apropriem do discurso crítico típico dessas organizações.

Pode-se concluir afirmando que este estudo, que possuía um caráter exploratório, mostrou-se bastante útil. Em primeiro lugar, os resultados parecem mostrar que no Brasil existem repertórios discursivos que negam ou naturalizam as desigualdades raciais existentes no país, repertórios que, ao mesmo tempo em que expressam posições adversas às reivindicações da população negra, as justificam, racionalizando como não preconceituosas posições que, claramente, o são. Esses resultados encorajam estes pesquisadores a realizar estudos que atinjam um número maior de pessoas e em outras populações.

O estudo revelou, também, a utilidade de se articular abordagens quantitativas e qualitativas, articulação que permitiu compilar, com a abordagem qualitativa, um conjunto de repertórios discursivos que tratam da problemática racial no país, e relacionar, com certa precisão, por meio da abordagem quantitativa, esses diversos discursos com as atitudes de estudantes frente às reivindicações da população negra e com formas concretas de inserção social. Evidentemente, mais pesquisas e reflexões são necessárias acerca deste tema, fundamental para o desenvolvimento social do Brasil.

Referências

- Azevedo, T. (1975). *Democracia racial*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bakhtin, M. (1981). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- Billig, M. (1991). *Ideology and opinions: Studies in Rhetorical Psychology*. London: Sage.
- Bowser, B. P. (1995). Racism in the modern world community. In B. P. Bowser (Org.), *Racism and anti-racism in world perspective* (pp. 27-45). California: Sage.
- Camino, C., Camino, L., Pereira, C., & Paz, M. (2004). Moral, direitos humanos e participação social. *Estudos de Psicologia*, 9(1), 25-34.
- Camino, L. & Pereira, C. (2000). O papel de Psicologia na construção dos Direitos Humanos: Análise das teorias e práticas psicológicas na discriminação ao homossexualismo. *Revista Perfil*, 13(13), 49-69.
- Camino, L., Silva, E. A., & Souza, S. M. (1998). Primeiros passos para a elaboração de um Modelo Psicossociológico do Comportamento Eleitoral: Estudo dos eleitores de João Pessoa na campanha de 1992. *Estudos em Psicologia*, 3(1), 7-32.
- Camino, L., Silva, P., Machado, A., & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. *Revista Psicologia Política*, 1(1), 13-36.
- Camino, L., Souza, M. S., Silva, E. A., & Pereira, C. R. (2005). Modelo Psicossociológico para o estudo da decisão eleitoral nas eleições de 1996. In A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, & J. B. da Costa (Orgs.), *A psicologia política na perspectiva psicossociológica. Vol. I – O estudo das atividades políticas* (pp. 273-292). Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás.
- Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (INSPIR) & Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE). (1999). *Mapa da população negra no mercado de trabalho: Regiões metropolitanas de São Paulo, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre e Distrito Federal*. São Paulo: Autor.
- Fernandes, F. (1972). *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel.
- Freyre, G. (1933). *Casa-Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt.
- McConahay, J. B. (1986). Modern racism, ambivalence, and the modern racism scale. In J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Orgs.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 91-125). Nova York: Academic.
- Munanga, K. (1999). *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes
- Nascimento, A. (1968). *O negro revoltado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Nascimento, A. (2002). *O Quilombismo*. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares.
- Oliveira Filho, P. (2005). A justificação da desigualdade em discursos sobre a posição social do negro. *Revista de Psicologia Política*, 2(4), 267-295.
- Oliveira, D. D., Lima, R. B., & Santos, S. A. (1999). A cor do medo: o medo da cor. In D. D. Oliveira, E. C. Geraldês, R. B. Lima, & S. A. Santos (Orgs.), *A cor do medo* (pp. 37-60). Brasília: UNB.
- Paixão, M. J. P. (2003). *Desenvolvimento humano e relações raciais*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Pettigrew, T. F. & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 203-226.
- Potter, J. & Wetherell, M. (1998). Social representations, discourse analysis, and racism. In U. Flick (Ed.), *The psychology of the social* (pp. 138-155). Cambridge: Cambridge University Press.
- Reinert, M. (1990). Alceste: une methologie d'analyse des donnees textuelles et une application. In A. G. Neval. *Bulletin de Methodologie Sociologique*, Paris, 28, 24-54.
- Rodrigues, F. (1995). Racismo cordial. In C. Turra & G. Venturi (Orgs.), *Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil* (pp. 11-56). São Paulo: Ática.
- Rodrigues, R. N. (1945). *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional. (Original publicado em 1933)
- Silva, N. V. (2000). Extensão e natureza nas desigualdades raciais no Brasil. In A. S. A. Guimarães e L. Huntley (Eds.), *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil* (pp. 33-51). São Paulo: Paz e Terra.
- Skidmore, T. (1976). *O preto no branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Tajfel, H. (1981). *Human groups and social categories: Studies in Social Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Turra, C. & Venturi, G. (1995). *Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. Ática: São Paulo.
- Vala, J. (1999). *Novos racismos: perspectivas comparativas*. Oieras: Celta Editora.
- Van Dijk, T. A. (2000). *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto.
- Vianna, J. O. (1959). *Raça e assimilação*. Rio de Janeiro: José Olympio. (Original publicado em 1932)

Recebido em: 12/10/2010

Aceite em: 11/09/2011

Leoncio Camino é Doutor em Psicologia e Professor Emérito da UFPB. Endereço: UFPB/CCHLA. Campus I, Departamento de Psicologia. Cidade Universitária. Caixa Postal 5069. João Pessoa/PB, Brasil. CEP 58051-900. Email: leocamino@uol.com.br

Lígia Gouveia é Doutora em Psicologia Social e Professora da Universidade Estadual da Paraíba. Email: ligiagouveia@yahoo.com

Luciana Maria Maia é Doutora em Psicologia Social e Professora da UNIFOR. Email: lumariamai@hotmail.com

Márcia Magalhães Ávila Paz é Doutora em Psicologia e Professora do Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ. Email: marcia_magalhaes@yahoo.com.br

Matheus Laureano é Mestre em Psicologia e Professor da UFPB Virtual. Email: matheuslaureano@gmail.com

Como citar:

Camino, L., Gouveia, L., Maia, L. M., Ávila Paz, M. M., & Laureano, M. (2013). Repertórios discursivos contemporâneos sobre as desigualdades raciais no Brasil. Um estudo com estudantes paraibanos de pós-graduação. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 113-122.